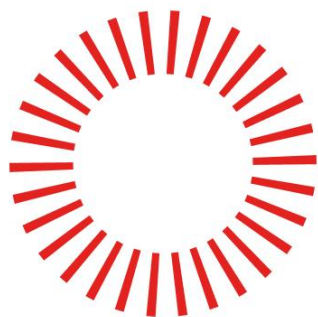


# Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Relatório Anual  
2024 - 2025



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

## Listas de Siglas:

**ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural  
**CadÚnico** – Cadastro Único para Programas Sociais  
**CAF** – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar  
**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
**CONDRAF** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
**CONJUV** – Conselho Nacional de Juventude  
**CPJUV** – Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Juventudes do Campo, das Águas e das Florestas  
**DAP** – Declaração de Aptidão ao Pronaf  
**GTI** – Grupo de Trabalho Interministerial  
**GTT** – Grupo de Trabalho Técnico  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IFSP** – Instituto Federal de São Paulo  
**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**MCOM** – Ministério das Comunicações  
**MCTI** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar  
**MEC** – Ministério da Educação  
**MESP** – Ministério do Esporte  
**MIR** – Ministério da Igualdade Racial  
**MJSP** – Ministério da Justiça e Segurança Pública  
**MS** – Ministério da Saúde  
**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego  
**NUCTEPs** – Núcleos Culturais, Tecnológicos e Produtivos  
**PAs** – Projetos de Assentamentos  
**PET** – Programa de Educação Tutorial  
**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
**PNCF** – Programa Nacional de Crédito Fundiário  
**PNJSR** – Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural  
**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PPA** – Plano Plurianual  
**PPRBR** – Programa Paradesporto Brasil em Rede  
**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
**SENAF** – Selo Nacional da Agricultura Familiar  
**SG/PR** – Secretaria-Geral da Presidência da República  
**SMR** – Secretaria de Mulheres Rurais  
**SNJ** – Secretaria Nacional de Juventude  
**SNPR** – Secretaria Nacional da Presidência da República  
**TEA** – Transtorno do Espectro Autista  
**TEDs** – Termos de Execução Descentralizada  
**UFRB** – Universidade do Recôncavo da Bahia  
**UnB** – Universidade de Brasília

# Sumário

INTRODUÇÃO.....	4
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL SOBRE A JUVENTUDE RURAL.....	11
COMITÊ GESTOR:.....	13
PRINCIPAIS AÇÕES:.....	15
+ TERRA E TERRITÓRIO .....	17
+ INCLUSÃO PRODUTIVA .....	19
+ TRABALHO E RENDA .....	22
+ EDUCAÇÃO NO CAMPO .....	24
+ QUALIDADE DE VIDA.....	26
+ PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA .....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	31
ANEXOS:.....	32

## Introdução

A juventude brasileira conquistou, em 2013, um feito histórico com a sanção do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que reconhece como jovens as pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos. A história da juventude no Brasil é marcada por uma luta constante por reconhecimento, garantia de direitos e participação política, que atravessa gerações. Nesse trajeto, permanecem como desafios centrais a permanência da juventude no campo e a consolidação de políticas públicas específicas e efetivas voltadas para essa parcela da população.

Conforme o IBGE (Censo 2022), o Brasil possui cerca de 45,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que representa cerca de 22% da população. Esse número expressivo reafirma a importância de políticas públicas específicas para atender à diversidade e às necessidades da juventude, em especial, a do campo, das águas e das florestas. Este recorte se justifica pelas condições históricas de desigualdade que atingem esses territórios, sendo marcadas pelo acesso limitado aos direitos mais básicos, como educação, trabalho, renda, mobilidade, conectividade, serviços públicos e acesso à terra, assim como pela centralidade desses jovens na reprodução social, produtiva e cultural das comunidades rurais.

Com um olhar específico para a juventude rural, em maio de 2016 foi lançado o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR), instituído pelo Decreto n.º 8.736/2016, resultado de um amplo processo de diálogo entre o, à época, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a sociedade civil. Esse Plano se estruturou em cinco eixos centrais voltados à formulação e implementação de políticas públicas: I) Terra e Território; II) Trabalho e Renda; III) Educação do Campo; IV) Qualidade de Vida; V) Participação, Comunicação e Democracia.

A construção do PNJSR ocorreu a partir de diversos espaços participativos, entre os quais se destacam as Conferências Territoriais, a 3ª Conferência Nacional de Juventude (2015), a Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Juventude (2016) e a Oficina de Diálogos do PNJSR. Todo esse processo foi acompanhado e fortalecido pela atuação dos movimentos sociais, que tiveram representação no Comitê Permanente de Juventude Rural, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

A trajetória das Conferências Nacionais de Juventude revela a evolução da temática dentro da agenda nacional. Na 1ª Conferência, das 22 propostas apresentadas, 3 foram voltadas à juventude rural. Já na 2ª Conferência, nenhuma proposta priorizou diretamente esse público, ainda que algumas tivessem relação indireta com o tema. Na 3ª Conferência, houve um avanço significativo: das 99 propostas priorizadas, 23 estavam relacionadas à juventude rural, com destaque para aquelas voltadas à agroecologia, demonstrando o fortalecimento do protagonismo e da visibilidade das juventudes do campo nas políticas públicas nacionais. Ao final das Conferências, que ocorreram em 14 estados brasileiros, os encaminhamentos foram concretizados nos 5 eixos temáticos do PNJSR, consolidando o compromisso com as juventudes.

Apesar dos esforços iniciais e do amplo processo dialógico que marcou a formulação de políticas públicas voltadas à juventude, em 2020 o Decreto nº 10.473 revogou o decreto que havia instituído o Plano elaborado em 2016, sinalizando um retrocesso da pauta na agenda nacional. Ainda nesse contexto, o Plano foi engavetado, concomitantemente à extinção do MDA, que foi oficialmente extinto em 2020, em meio à pandemia da Covid-19. Na perspectiva histórica, 2023 foi um ano marcado pela retomada da formulação de políticas sociais, incluindo a política pública para a juventude rural.

Com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), a pauta da juventude rural recuperou sua centralidade e força institucional, impulsionando a atualização e implementação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR). Para tal, foi publicado o Decreto Presidencial nº 11.639, de 16 de agosto, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que reuniu 15 ministérios, entre eles: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ministério da Educação; Ministério da Igualdade Racial; Ministério do Esporte; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério das Comunicações; Ministério da Cultura; Ministério da Justiça e

Segurança Pública; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério das Mulheres; Ministério dos Povos Indígenas; Ministério da Saúde; e Ministério do Trabalho e Emprego; Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Além disso, participaram autarquias, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Como resultado das demandas sociais relacionadas à sucessão no campo, Barbosa e Benevenuto (2024) destacam que a juventude passa a ganhar centralidade enquanto sujeito de direitos a partir da criação do Estatuto da Juventude. Nesse marco normativo, a juventude rural é contemplada em seis dos onze direitos previstos, a saber: educação e profissionalização; cultura; trabalho e renda; território; mobilidade; sustentabilidade e meio ambiente. Tal iniciativa evidencia o reconhecimento progressivo das juventudes rurais na agenda das políticas públicas, sinalizando avanços na institucionalização de seus direitos e na valorização de seu papel social no meio rural.

Em 2023, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR) foi retomado a partir do resgate e da atualização da proposta elaborada em 2016, visando manter e aprimorar seus princípios, metas e estratégias, fortalecendo a construção transversal entre o governo e a participação social das juventudes do campo, das águas e das florestas. Essa nova versão buscou adequar o Plano às realidades contextuais, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a promoção de políticas públicas integradas. Nesse sentido, estudos sobre o PNJSR, como os de Dulci e Taveira (2017), destacam que a criação do Plano representou um conjunto de compromissos do Governo Federal com a juventude rural, reforçando seu caráter estratégico na consolidação de políticas públicas voltadas a esse segmento.

Também no ano de 2023 foram reabertos os espaços de participação e construção coletiva de propostas para políticas públicas, com destaque para a recriação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), por meio do Decreto nº 11.451, de março de 2023, após sua extinção em 2019. O Condraf configura-se como um órgão colegiado central para o diálogo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a sociedade civil, especialmente no que se refere à formulação e ao acompanhamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. Insere-se, ainda, nesse cenário, o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Juventudes do Campo, das

Águas e das Florestas (CPJUV), instância responsável por propor, analisar e articular políticas públicas de caráter transversal direcionadas às juventudes rurais.

Nesse movimento de retomada e reforço das políticas públicas voltadas às juventudes rurais, destaca-se o trabalho da Coordenação-Geral de Juventude Rural, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA). A Coordenação-Geral de Juventude Rural configura-se como instância estratégica responsável pela articulação, formulação, acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas para as juventudes do campo, das águas e das florestas, atuando transversalmente com os outros Ministérios, os espaços de participação social e as instâncias colegiadas. Sua atuação tem sido fundamental para a condução do processo de atualização e implementação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, mantendo sempre o diálogo permanente com os movimentos sociais, a incorporação das demandas territoriais e a articulação das políticas públicas voltadas à permanência qualificada da juventude no meio rural.

Essa retomada também se expressou por meio das conferências nacionais. Nesse contexto, ocorreu a 4ª Conferência Nacional de Juventude, que contou com a participação de cerca de 1.800 municípios nas etapas territoriais, onde foram apresentadas 1.117 propostas. Essas propostas foram posteriormente debatidas e avaliadas em plenária na etapa nacional, com a presença de aproximadamente 1.500 delegados e delegadas.

A participação social foi um elemento central no processo de atualização do PNJSR. As contribuições ocorreram por meio de duas oficinas presenciais e uma remota que promoveram momentos de escuta e diálogo com as juventudes rurais de diferentes regiões do país e segmentos da agricultura familiar. Uma dessas oficinas ocorreu em Brasília/DF, ainda em 2024, que contou com a participação social de vários jovens rurais de diferentes regiões do país. Essas atividades buscaram garantir a representatividade territorial e a diversidade das experiências das juventudes do campo, das águas e das florestas.

Além disso, esse processo contou com a atuação do Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Juventudes do Campo, das Águas e das Florestas do Condraf (CPJUV), que desempenhou papel estratégico na sistematização das demandas apresentadas, e incorporou as contribuições da 5ª Conferência Nacional de Juventude, assegurando que o novo Plano refletisse as prioridades e expectativas das juventudes rurais brasileiras em sua pluralidade.

A juventude do campo enfrenta, cotidianamente, uma série de vulnerabilidades agravadas pela ausência de políticas públicas específicas e eficazes. Essa falta de amparo tem resultado em um intenso êxodo rural, impulsionado por dificuldades como acesso à terra, crises hídricas, energéticas e pela limitação de oportunidades de trabalho, renda e acesso a serviços essenciais. Segundo dados do IBGE, entre os anos de 2013 e 2022, cerca de 1 milhão de jovens deixaram as zonas rurais em direção aos grandes centros urbanos, evidenciando os desafios para a permanência da juventude no campo.

O Brasil é marcado por uma grande diversidade territorial, cultural e de modos de vida, e essa pluralidade também se expressa na juventude do campo, das águas e das florestas. Segundo a PNAD/IBGE (2020), cerca de 6 milhões de jovens compõem o meio rural brasileiro. São jovens entre 15 e 29 anos, conforme estabelece o Estatuto da Juventude, oriundos da agricultura familiar, da reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, extrativistas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, pescadores, entre outros. Muitos deles vivem em um fluxo constante entre o campo e a cidade, deslocando-se para as áreas urbanas em busca de trabalho ou estudo, mas mantendo vínculos afetivos, culturais e produtivos com suas comunidades de origem.

Diante disso, vê-se ainda um cenário de precarização, via informalidade e subutilização da força de trabalho, entre jovens, mulheres e pessoas negras. Esse é o público mais afetado, segundo IBGE/PNAD, que hoje enfrenta disparidade salarial, acesso limitado a empregos formais e contratos sem vínculos trabalhistas.

Diante desse cenário, torna-se urgente a implementação de ações concretas que promovam a permanência e a sucessão rural, uma vez que a ausência de condições materiais para a permanência no campo tem provocado o envelhecimento da população rural, o esvaziamento dos territórios e a ruptura na transmissão de saberes, práticas produtivas e modos de vida tradicionais. A falta de perspectiva para os jovens contribui para fluxos migratórios forçados em direção aos centros urbanos, muitas vezes marcados pela precarização do trabalho e pela perda de vínculos comunitários e territoriais. Diante desse cenário, torna-se urgente a implementação de ações concretas que assegurem condições dignas de vida, acesso a direitos e perspectivas reais de futuro para os jovens camponeses,

fortalecendo sua permanência qualificada e sua atuação como sujeitos centrais do desenvolvimento rural.

Com esse propósito, o MDA recriou o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, buscando fortalecer e ampliar o acesso à terra, moradia, cultura, conectividade, lazer, saúde, trabalho, renda, esportes, mecanização, participação política e proteção dos territórios. O Plano se consolida como uma ferramenta estratégica para os povos do campo, das águas e das florestas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o fortalecimento da soberania alimentar, impulsionada pelo protagonismo e pela permanência de forma digna da juventude rural.

Em dezembro de 2024, foi lançado o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR), a partir da portaria interministerial assinada no mesmo ano. A sua institucionalização ocorreu, posteriormente, com a promulgação da Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025, que estabeleceu diretrizes legais para viabilizar a efetivação das políticas públicas para os jovens rurais. Defendido e construído em conjunto com os movimentos sociais do campo, o PNJSR tem assegurado o seu aperfeiçoamento contínuo pelo normativo, visando sua efetividade no longo prazo. O marco legal reafirma o propósito de assegurar a permanência da juventude no campo, nas águas e nas florestas, promovendo melhores condições de vida, trabalho digno, educação e bem-viver. Para isso, o Plano articula ações interministeriais integradas, organizadas em seis (6) eixos temáticos que orientam suas estratégias e metas de forma contínua.

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

# Diagnóstico Situacional sobre a Juventude Rural

Em estudo realizado em parceria com o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a Secretaria Nacional da Presidência da República (SN/PR) e, por meio desta, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), intitulado *“Percepções e prioridades da Juventude rural brasileira”*, atualmente em andamento, foi realizado um mapeamento em nível municipal com jovens residentes no meio rural.

O levantamento considerou aspectos como remuneração dos jovens, proporção de estabelecimentos rurais, participação em atividades agrícolas, aptidão produtiva dos territórios e conectividade. Até novembro de 2025, participaram da pesquisa 1.190 jovens.

Entre os respondentes da pesquisa, observa-se a presença majoritária de jovens pretos e pardos, que correspondem a 61,3% do total. No que se refere à escolaridade, 50,4% dos participantes no geral possuem nível igual ou superior ao Ensino Médio, indicando um perfil educacional relativamente elevado no conjunto da amostra.

Quanto à faixa etária, há predominância de jovens entre 15 e 17 anos, que representam 43,1% dos respondentes. Em relação ao gênero, as mulheres correspondem a 55,5% do total, enquanto os homens representam 43,6%, sendo que a maioria vive em áreas rurais.

No que se refere à distribuição territorial, a pesquisa contou com participantes de todos os estados brasileiros, ainda que se mostre desigual, com maior concentração de respondentes do Ceará (28,4%), do Amapá (27,2%), do Maranhão (6,2%), de Minas Gerais (5,6%), do Acre (4,8%), do Espírito Santo (3,1%) e da Bahia (3%), o que evidencia predominância nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste. O levantamento também trouxe elementos que exploram as configurações da identidade rural da juventude, em que 79,4% afirmam ser agricultores familiares ou oriundos de povos e comunidades tradicionais; 1,6% se declaram associados ao agronegócio e apenas 2,3% não reconhecem sua identidade rural. Esses dados indicam que, apesar dos desafios de uma sucessão no campo, a maioria dos jovens ainda reafirma suas identidades relacionadas à agricultura familiar.

Observa-se ainda que fatores como oportunidades educacionais e acesso às tecnologias são elementos relevantes para a permanência da juventude no campo. Entre os respondentes, 60,9% afirmam ter acesso à internet, enquanto 2,3% não dispõem desse recurso. Quanto à

renda, 50,4% dos jovens vivem com menos de dois salários-mínimos, com a produção da agricultura familiar como sua principal fonte de renda. Nesse contexto, a situação ainda se agrava, pois 854 desses jovens produzem para sua própria subsistência. Apesar desse cenário, 74,4% declaram que estão dedicados aos seus estudos.

Quanto às perspectivas de permanência no meio rural, 35% dos jovens afirmam não ter pretensão de mudar de atividade ou moradia. Entre aqueles que demonstram interesse em permanecer no campo, a decisão é motivada pela segurança (53,3%), pela qualidade de vida (38,3%), pelo custo de vida (37,1%) e pelo pertencimento comunitário aos seus territórios (35,3%).

Quando perguntado sobre os principais fatores para a melhoria de vida no meio rural, foram avaliadas 20 prioridades que se referem à educação e capacitação, criação de oportunidades de trabalho remunerado, melhoria dos serviços relacionados à saúde, apoio à cultura, acesso universal à água, esporte e tradições locais, habitação e moradia e saneamento básico.

A pesquisa ainda destaca a preocupação com a escassez de empregos estáveis no campo, sendo este um elemento de motivação para migração para áreas urbanas. Esta investigação traz à tona a relevância do desenvolvimento de ferramentas que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações que habitam o meio rural, essencialmente da juventude rural.

Nesse sentido, o PNJSR se apresenta, de forma reiterada, como um instrumento estratégico para enfrentar essas desigualdades, por articular essas ações<sup>1</sup> interministeriais voltadas para a geração de trabalho e renda, para o acesso a direitos, para a valorização dos territórios e para o fortalecimento do protagonismo da juventude do campo, das águas e das florestas, contribuindo para a construção de condições concretas da permanência qualificada da juventude no campo e para a consolidação de um projeto de desenvolvimento rural sustentável.

---

<sup>1</sup> Ver Anexo I: Quadro de Ações do PNJSR (2025).

## Comitê Gestor:

As reuniões do Comitê ocorrem de forma trimestral, constituindo-se como um espaço institucional de articulação interministerial e de acompanhamento sistemático das ações previstas no PNJSR. O Comitê Gestor realiza o monitoramento, a avaliação e a atualização das propostas desenvolvidas no âmbito do Plano, que envolve 15 Ministérios, entre eles Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência, com a meta de fortalecer as políticas públicas para a juventude rural.

As ações do Plano foram propostas para acompanhar o Plano Plurianual – PPA (2024-2027), que é um instrumento de planejamento de médio prazo que se baseia na definição de prioridades e metas dos Ministérios para o período de quatro anos, alinhando as ações de continuidade e criação de políticas públicas.

Nesse sentido, o Comitê exerce uma função estratégica para a continuidade do diálogo entre governo e sociedade civil e para a integração das ações ministeriais às diretrizes do Plano. Dessa forma, a dinâmica de funcionamento do Comitê reafirma o compromisso institucional com o acompanhamento contínuo das ações pactuadas e com a efetiva implementação das ações previstas no Plano.

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR



# Principais Ações



## Principais Ações:

Os dados relacionados ao monitoramento do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR) se formam a partir de **6 eixos temáticos: Terra e Território; Inclusão Produtiva; Trabalho e Renda; Educação do Campo; Qualidade de Vida; e Participação, Comunicação e Democracia**, que, em seu primeiro ano desde o lançamento, apresenta entregas completas ou parciais dos 15 Ministérios envolvidos em sua execução.

O Plano se encontra em fase de execução a partir do Plano Plurianual (PPA-2024/2027) e, além das ações e compromissos interministeriais, conta com o Termo de Adesão, instrumento que viabiliza que os entes federativos adiram ao Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

Concebido no contexto da retomada do Plano, o Termo de Adesão constitui um mecanismo de articulação entre os diferentes níveis de governo, permitindo que os entes federativos alinhem suas políticas, programas, ações, e realizem o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas voltadas às juventudes do campo, das águas e das florestas.

Dessa forma, esse instrumento fortalece a coordenação federativa e viabiliza a implementação descentralizada e articulada do Plano, respeitando as especificidades territoriais, contribuindo para a ampliação da efetividade das políticas destinadas às juventudes rurais.

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR



# Mais Terra e Território



## + Terra e território

Entre as iniciativas estratégicas para o acesso à terra, uma delas prevê a destinação de **30% dos contratos financeiros do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) para a modalidade PNCF Jovem**. Esta modalidade oferece taxa diferenciada para todo o Brasil, com limite de até R\$ 293.527,64, juros de 0,5% a.a. e prazo de pagamento de até 25 anos, com 3 anos de carência e Bônus Adimplência de 40%. Essa iniciativa do MDA amplia o acesso da juventude rural à terra, focando na concessão de imóveis rurais e no fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para a redução da pobreza rural.

- Em 2025, foram liberados **R\$ 279 milhões para o PNCF Jovem, operação que beneficiou 1.504 famílias em todo o país.**

Para Jovens Pescadores Artesanais, por meio do **Programa Multiplicadores Aquícolas**, há uma ação voltada para a organização produtiva da juventude ribeirinha, buscando fortalecer o associativismo, cooperativismo, diversificação da garantia de trabalho. A ação encontra-se com 90% de sua execução em todas as regiões do país, com um total investido via Termo de Execução Descentralizada **de R\$ 4.072.744,40**.

O **Projeto Jandaíras: Mulheres e Saberes Tradicionais transformando a Sociobiodiversidade Nordestina**, é uma iniciativa para promoção da produção agroecológica voltada ao fortalecimento da autonomia das mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), gerando renda e inserção nos mercados institucionais.

- **10 estados que aderiram ao projeto.**
- **37 grupos de mulheres**, entre elas quebradeiras de coco babaçu, pescadoras artesanais, marisqueiras, catadoras de mangaba, quilombolas, extrativistas, caatingueiras, fundo de pasto e indígenas.
- **37 jovens agentes do desenvolvimento rural sustentável.**

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR



# Mais Inclusão Produtiva



## + Inclusão produtiva

Entre as estratégias de acesso à **Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER)**, **20% das chamadas em todos os editais são destinadas a jovens**, com o intuito de fortalecer a renda de mulheres e jovens que vivem no campo, ampliando a sua participação em mercados e grupos produtivos. Uma das ações desenvolvidas para a promoção da formação de jovens é o **Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural** para Assentamentos de Reforma Agrária (ProSemeia), que **destina 70% de suas vagas a jovens entre 15 e 29 anos, totalizando a concessão de 203 bolsas em nível nacional.**

Ainda no campo da ATER, foi instituída uma ação específica voltada ao fortalecimento da renda de mulheres jovens do meio rural, com foco em ampliar sua inserção em mercados e em grupos produtivos. Essa iniciativa reservou **45% do total das vagas para jovens mulheres residentes em áreas rurais.**

- Foram destinados **R\$ 45 milhões** ao edital de apoio a grupos produtivos de mulheres rurais.
- A ação beneficiou diretamente 42 jovens mulheres.

Também se observa o aumento do acesso ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), documento que substituiu a antiga DAP e é essencial para que agricultores familiares acessem políticas públicas. Gratuito e válido por dois anos, o CAF é emitido por entidades credenciadas e garante o acesso a crédito rural (PRONAF), habitação, assistência técnica, entre outros benefícios.

- Em 2025, foram **cadastrados no CAF aproximadamente 1.176.354 jovens rurais.**

O **Fomento Jovem do Incra** é uma linha de crédito do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que oferece R\$ 8.000,00 para jovens de 16 a 29 anos em áreas atendidas pelo Incra, viabilizando projetos produtivos e de geração de renda, com condições especiais como 80% de desconto e carência de dois anos, buscando fortalecer a permanência e autonomia da juventude rural.

- **Investimento em 2025 de R\$ 5.424.000,00 para a juventude rural!**

- Em 2025, foram 337 jovens atendidos de diferentes estados brasileiros.

Mais orçamento para a juventude do campo no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (**PRONAF Jovem**);

- O atual Plano Safra (2025/2026) conta com a expansão de valores de 1.555% em relação ao Plano anterior, passando de R\$ 518 mil para R\$ 8,6 milhões.

Criado em 2003 como uma linha de crédito rural do Governo Federal brasileiro, focada em jovens agricultores familiares (16 a 29 anos) para financiar investimentos em modernização, ampliação e criação de negócios agropecuários. Com juros de 3% e aumento do limite para até R\$ 35.000,00.

Já o **Pronaf B** vem para contemplar o jovem de baixa renda, ampliando mais ainda o acesso ao crédito. Com limite de financiamento de R\$ 8 mil, taxa de juros de 0,5% ao ano e 40% de bônus de adimplência nas áreas de atuação da Sudene e Sudam, é voltado para os jovens de famílias com renda até R\$ 50 mil por ano.

- Em 2025, 15% do recurso do PRONAF foi destinado ao público jovem!
- Volume financiado de R\$ 5,2 bilhões no PRONAF.
- Jovens totalizam 203 mil operações no PRONAF.

O **Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF)** é um reconhecimento oficial do governo brasileiro para produtos da agricultura familiar feitos por jovens de 15 a 29 anos, incentivando a sucessão rural e a permanência no campo. É solicitado pela plataforma Vitrine da Agricultura Familiar, são 27 novos selos de Juventude em 2025, refletindo um **crescimento de 15,3%**.

No **Programa Quintais Produtivos (2024 e 2025)**, 15% das beneficiárias são mulheres jovens. Os editais de 2023 e 2024 vêm sendo executados, totalizando mais **de R\$ 30 milhões** investidos.

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR



# Mais Trabalho e Renda



## + Trabalho e renda

Entre as estratégias de geração de trabalho, foram criados os **Agentes de Economia Popular e Solidária**, ação conduzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o objetivo de fortalecer as práticas de economia solidária na geração de renda entre a juventude.

- Com um investimento de **R\$ 312.000,00 em bolsas para jovens.**
- **Contemplando 80 jovens agentes.**

Com iniciativa do CNPq, o Projeto “Raízes que Resistem: Saberes, Autonomia e Protagonismo das Jovens Mulheres do Campo” está ligado à Rede CEFFAs (Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância) que englobam as instituições de ensino, como Escolas Famílias Agrícolas e os Centros de Formação. Nesse sentido, o projeto constitui um curso de educação financeira para jovens mulheres rurais.

- **Contando com 400 jovens**, além da criação de Núcleos Culturais, Tecnológicos e Produtivos (NUCTEPs).
- Com investimento total de **R\$ 1 milhão.**

**Formação de Agentes Locais de Turismo Cultural e Criativo**, com foco no turismo étnico, capacitando jovens em parceria via TED com a Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB), que está inserida em 28 municípios de 14 estados.

- Investimento de **R\$ 9.600.000,00.**
- **Com 3.000 jovens agentes de 16 a 29 anos.**

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR



# Mais Educação no Campo



## + Educação no Campo

Entre as ações voltadas para o acesso à educação com o **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)**, com base na Pedagogia da Alternância, inclui-se a estratégia de **30% de jovens rurais** nos processos de seleção.

Em 2025, o Pronera contou com 75 projetos, com a previsão de 38.788 mil vagas ao todo.

- **39 instituições de ensino** proponentes.
- **1ª vez na História um Curso de Medicina do Pronera concedido pela UFPE.**
- **R\$ 64 milhões** para criar e fortalecer núcleos, com 50,3% dos recursos destinados aos cursos.

Inclusão nos **Núcleos de Estudos em Agroecologia** e no **Programa Inclusão nos Núcleos de Estudos em Agroecologia e nos grupos do Programa de Educação Tutorial (PET)**. É uma estratégia que inclui a prioridade mínima de **30% de jovens rurais nos processos de seleção de ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia**.

- Com investimento de **R\$ 24 milhões** para criar e fortalecer esses núcleos.

O **Pé de Meia** é um programa de incentivo financeiro-educacional para estudantes matriculados no ensino médio público cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), como incentivo à permanência e à redução das desigualdades entre jovens.

Há ainda uma busca para incluir as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e as demais escolas do campo no programa, a partir da tramitação do **PL 134/2024**.

- O programa tem um investimento geral de **R\$ 12,5 bilhões por ano**.

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR



# Mais Qualidade de Vida



## + Qualidade de Vida

No âmbito do eixo de qualidade de vida, o Ministério do Esporte promove ações voltadas à prática de esportes, cultura e inclusão, que são elementos fundamentais para o apoio à sucessão rural. Com um investimento total de **R\$ 7.345.364,92**, destacam-se as seguintes iniciativas:

- **Educação Antidopagem: voltada para a formação ética e técnica de atletas;**
- **O Programa TEAtivo:** iniciativa para inclusão esportiva de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com atuação em toda a região Nordeste.

O **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural** facilita o acesso de jovens mulheres rurais aos documentos civis básicos.

- Foram 135 mutirões realizados em 2025 no Brasil.
- Entre 2024 e agosto de 2025, foram 6.278 jovens atendidas.
- Com investimento de **R\$ 8,5 milhões.**

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR



# Mais Participação, Comunicação e Democracia



## + Participação, Comunicação e Democracia

Entre as estratégias de participação nos espaços de decisão e troca de experiências, se consolida a pesquisa realizada a partir da Secretaria-Geral da Presidência (SG/PR), via Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), junto ao Instituto Federal de São Paulo, para subsidiar ações voltadas para a juventude do campo, das águas e das florestas.

- **Intuito:** Trazer a perspectiva sobre as realidades e desafios das juventudes do campo, das águas e das florestas, para subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas.
- Atualmente, a pesquisa se encontra com um avanço de respondentes, sendo a maioria do público composta por jovens mulheres rurais e 61% de pessoas pretas e pardas.
- **Com investimento de R\$ 2.357.000,00.**

Espaços de construção conjunta com a participação social foram retomados e fortalecidos, sendo um deles o Comitê de **Promoção de Políticas para as Juventudes do Campo, das Águas e das Florestas (CPJUV)** e o **Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)**.

- O Comitê Gestor do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.
- A realização da Conferência Setorial de Juventude Rural, etapa setorial da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - 3ª CNDRSS (11 a 13 de junho / Recife-PE).

Esses espaços precisam ser fortalecidos para garantir a continuidade do Plano, mas também de disputa para as juventudes rurais que fazem o acompanhamento da implementação de políticas públicas.

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR



# Considerações Finais



## Considerações Finais:

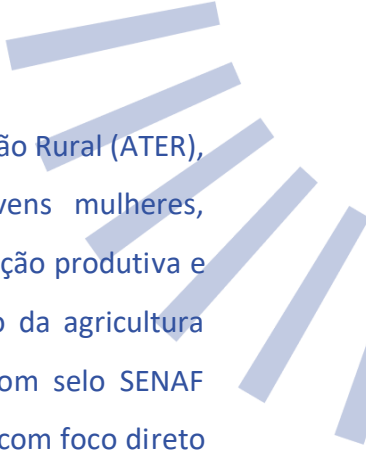

A construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR) evidencia sua relevância no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à garantia de direitos e à promoção da permanência qualificada das juventudes do campo, das águas e das florestas. As ações apresentadas neste documento correspondem **ao primeiro ano de execução do Plano (2025)**, representando uma parcela inicial de um processo mais amplo e contínuo, cuja perspectiva é de consolidação e aprofundamento ao longo dos próximos anos.

As iniciativas desenvolvidas refletem o compromisso do Estado brasileiro, impulsionado pelo fortalecimento institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA), em articulação com outros 15 Ministérios, incluindo a Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência da República, em estruturar uma política de caráter intersetorial, que reconhece a juventude rural como sujeito de direitos e ator estratégico para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.


Organizadas em seis eixos estruturantes, as ações do PNJSR buscam enfrentar desigualdades históricas que afetam as juventudes rurais, assegurando condições dignas de vida, trabalho, educação, cultura, participação política e acesso a políticas públicas. Nesse sentido, o Plano se constitui como um instrumento que deve ser permanentemente construído em diálogo com a participação social, fortalecendo espaços de escuta, controle social e incidência política das juventudes, dos movimentos sociais e das organizações do campo, das águas e das florestas.

Para enfrentar um dos principais desafios da juventude rural, a sucessão no campo, destacam-se como fundamentais o acesso à terra, a ampliação do crédito fundiário, a priorização dos jovens nos processos de reforma agrária e regularização fundiária, bem como a promoção do bem viver. Essas medidas, enquanto dever do Estado, visam assegurar condições materiais para que os jovens possam permanecer em seus territórios, produzir com autonomia e alcançar qualidade de vida.

O PNJSR adota, ainda, como estratégia central, o fortalecimento do desenvolvimento econômico das juventudes rurais, por meio de iniciativas voltadas ao cooperativismo, aos grupos produtivos e à ampliação do acesso ao crédito e aos mercados institucionais e



privados. Nesse contexto, destaca-se o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com chamadas com foco na juventude rural, especialmente nas jovens mulheres, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero, para a diversificação produtiva e para a geração de renda. No quesito de comercialização e fortalecimento da agricultura familiar com base agroecológica, a ampliação do número de produtos com selo SENAF também reforça esse movimento de valorização da produção da juventude, com foco direto na sucessão.



Essas ações reafirmam o caráter descentralizado e a abrangência nacional do Plano, bem como o compromisso do Estado com a inclusão das diversas juventudes rurais e comunidades tradicionais e quilombolas no âmbito das políticas públicas. Ao mesmo tempo, sinalizam que o primeiro ano de execução do PNJSR constitui uma base inicial sólida para o aprimoramento contínuo da política, orientado pela participação social e pela responsabilidade estatal na promoção dos direitos das juventudes rurais.

## Referências Bibliográficas:

BARBOSA, SHIRLENE C. ALVES. BENEVENUTO, MÔNICA APARECIDA DEL RIO.

As juventudes rurais nas políticas públicas e a interface com agroecologia. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 - Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - v. 19, n. 1, 2024.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852 de agosto de 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**. Decreto nº 8.736 de 03 de março de 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**. Lei nº 15.178/2025.

BRASIL. Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025. Institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e altera outras leis. Diário Oficial da União: Seção 1, 24 jul. 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/lei/l15178.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15178.htm).

DULCE, LUIZA. TAVEIRA, LEANDRO. Desafios na consolidação da agroecologia nas políticas públicas de juventude: a experiência de construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, jul. 2018.

## Anexos:

- [Plano Nacional de Juventude e sucessão Rural - PNJSR](#)
- [Modelo de Termo de Adesão do PNJSR](#)
- [Apresentação de Slide do PNJSR](#)

# **Publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar | Relatório Anual do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**

## **Presidente:**

Luiz Inácio Lula da Silva

## **Ministra de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**

Fernanda Machiaveli

## **Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**

Eric Moura

## **Equipe redatora do relatório anual**

Maria Eduarda de Lima Vasconcelos, Luciana Abreu da Silva e Edneide Elisbão

## **Equipe do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**

Maria Eduarda de Lima Vasconcelos, Eric Moura; Raquel Rizzi, Carolina Magno, Caio do Nascimento Mota, Monica Vasconcelos, Samuel Carvalho, Elizabeth Cardoso, Patricia Ravallet, Ernesto Gallindo, Luiza Dulce e Antônio França Pinto Nascimento

## **Assessoria Especial de Comunicação Social – Ascom MDA**

Bruno de Vizia

## **Direção de Arte e Projeto Gráfico:**

Cillas Bethiel

## **Diagramação:**

Agência Diálogo



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR

